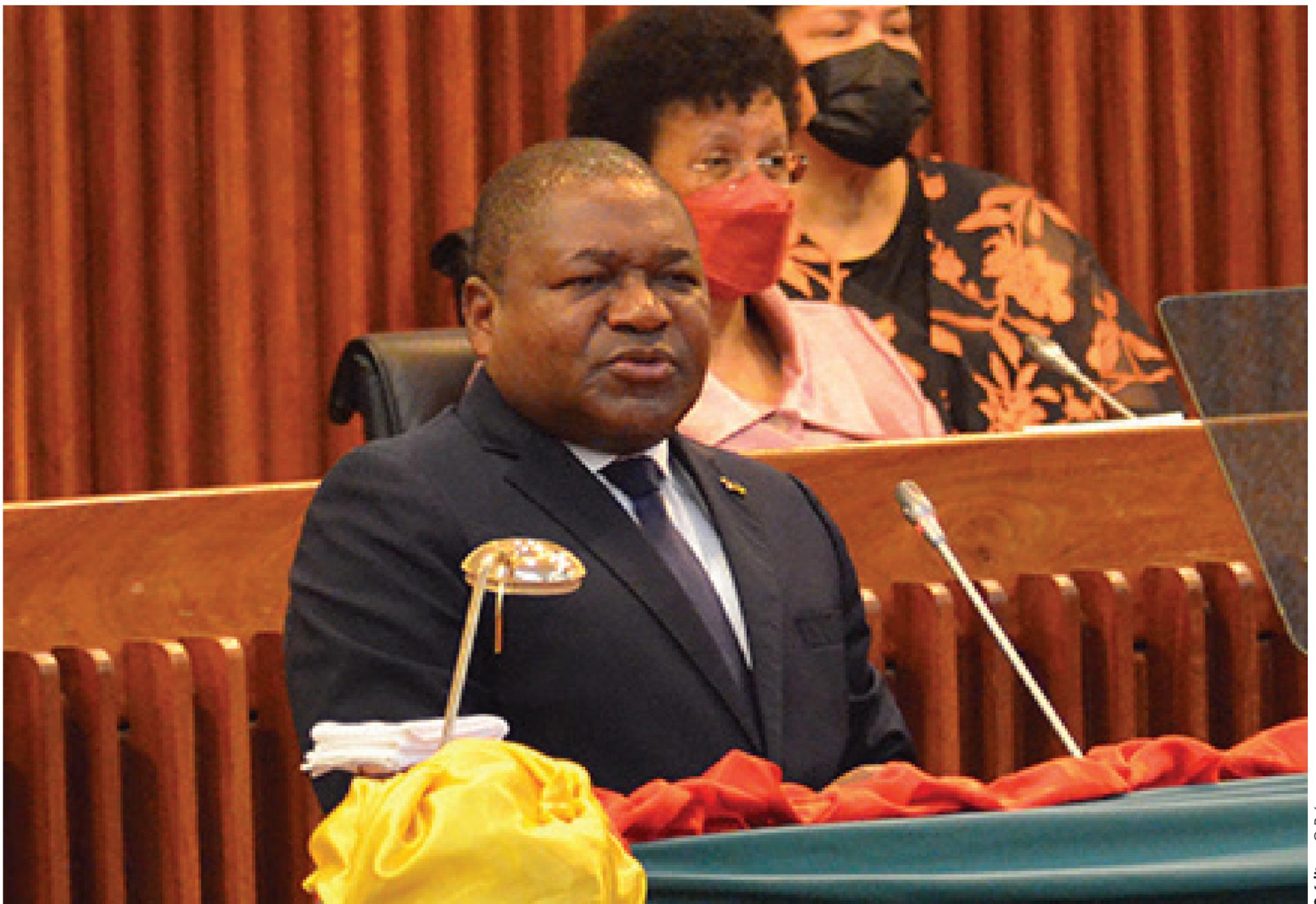


INFORME SOBRE A SITUAÇÃO GERAL DA NAÇÃO

## Nyusi não fala da sua visão política sobre Moçambique e evita abordar a violação de direitos humanos por agentes da PRM

- Cumprindo com o disposto na alínea b) do artigo 158 da Constituição da República de Moçambique (CRM), o Presidente da República foi ontem à Assembleia da República prestar o seu informe anual sobre a situação geral da Nação. Foi um discurso longo e pausado, com muitos comentários pelo meio que eram correspondidos com ovações da bancada majoritária da Frelimo. Nada de novo.



Basicamente, Filipe Nyusi priorizou as realizações do Governo durante o ano de 2021. Falou do combate ao terrorismo em Cabo Delgado, do controlo da propagação da COVID-19, do combate à fome, acesso à água potável, acesso à energia eléctrica, acesso à educação, consolidação da economia, acesso ao emprego e construção de infra-estruturas. Durante mais de três horas, o Chefe de Estado foi reivindicando vitórias em várias frentes, num exercício de autoelogio.

Além de falar das realizações – que na maioria são soluções técnicas e não condições para a resolução de problemas que afligem a maioria dos moçambicanos, o Presidente da República dedicou parte do seu discurso para reagir às críticas que têm sido feitas à sua governação marcadamente exclusivista e pouco aberta à crítica. E perdeu a oportunidade de partilhar com os moçambicanos a sua visão política em relação aos problemas que Moçambique enfrenta e que tipo de condições pretende criar para viabilizar a sua resolução.

A responsabilidade de um Presidente da República e do Governo que dirige vai muito além da construção e reabilitação de infra-estruturas, criação de emprego, provisão de serviços sociais, defesa e segurança e tomada de medidas no âmbito da prevenção da COVID-19. Cabe ao Governo definir, de forma clara e aberta, os problemas que o País enfrenta e criar condições que permitam que cada moçambicano encontre as suas soluções.

A conclusão a que o Presidente da República chegou de que a “o estado geral da Nação é e auto-superação, reversão de tendências negativas e conquista de estabilidade económica” não espelha, nem de longe, a realidade vivida por milhões de moçambicanos. Trata-se de uma realidade caracterizada pela contínua deterioração das condições de vida devido aos efeitos das medidas impostas no âmbito do combate à propagação da COVID-19, elevado custo de vida, desemprego e falta de assistência social às camadas mais vulneráveis.

No seu discurso, Nyusi destacou o aumento da taxa de cobertura de energia eléctrica, que passou de 38% em 2020 para 44% no presente ano, com projecção de atingir 50% em 2022. Mas o que esses dados escondem é o impacto dos custos de energia eléctrica nos orçamentos familiares e o número de famílias que são excluídas porque não têm condições para pagar mensalmente a factura de energia. Mais do que celebrar a expansão da rede nacional de energia eléctrica, o Presidente da República devia explicar como é que o seu Governo pretende proteger as famílias mais vulneráveis e evitar que a energia se torne um



Créditos: TVM

luxo acessível apenas às elites locais.

O mesmo raciocínio deveria fazer em relação a outros serviços que conheceram alguma expansão durante o ano, como o abastecimento de água. Como garantir que a expansão de água para uma determinada localidade beneficie a todos os residentes, independentemente da sua condição financeira. Como garantir que a introdução de portagens nas estradas nacionais não concorra para agravar a vulnerabilidade dos menos favorecidos.

Em relação ao combate contra o extremismo violento em Cabo Delgado, o tema mais esperado pelos moçambicanos, Filipe Nyusi repetiu tudo o que já era público: que as forças conjuntas de Moçambique, Ruanda e SADC estão a apertar o cerco contra os insurgentes; que várias bases do inimigo foram destruídas e diverso armamento recuperado; que há mais zonas recuperadas e controladas pelo exército regular e que o número de ata-

ques reduziu, incluindo de vítimas mortais.

O Presidente da República falou ainda da morte em combate de vários integrantes dos grupos extremistas, incluindo alguns líderes, e da criação de condições para o retorno seguro das famílias deslocadas. Sobre a expansão do extremismo violento para Niassa, Nyusi disse que os ataques que se registam nos distritos de Mavago e Mecula eram previsíveis, dado que os insurgentes estão a fugir da ofensiva militar em Cabo Delgado.

A questão de fundo que se coloca é: Se os ataques no Niassa eram previsíveis, o que é que o Presidente da República, na sua capacidade de Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança, fez para evitar que o isso acontecesse? Ou, no mínimo, que medidas tomou para, por um lado, evitar que o grau de destruição de residências e infra-estruturas públicas e privadas fosse reduzido e, por outro, garantir que a população local estivesse de sobreaviso para evitar o pânico que se gerou?

## Nyusi reitera que Ruanda não pediu nada em troca para destacar tropas para Cabo Delgado

Enquanto a intervenção militar da SADC é financiada pela organização regional e os respectivos Estados que destacaram efectivos para Moçambique, a presença de tropas ruandesas parece ter um financiamento oculto. O Presidente da República voltou a tocar no assunto, reiterando que Ruanda não pediu nada em troca pela sua intervenção militar em Cabo Delgado.

Nas celebrações do 25 de Setembro, Dia das Forças Armadas moçambicanas, em Pemba (Cabo Delgado), Paul Kagame e Filipe Nyusi reiteraram que a presença de tropas ruandesas surge no contexto das boas relações bilaterais entre os dois Estados e a mesma é financiada pelo Governo ruandês e não acarreta custos futuros para Moçambique<sup>1</sup>. Seria tão bom se efectivamente fosse assim.

Ontem, Nyusi voltou a falar da existência de um acordo bilateral entre Moçambique e Ruanda que viabiliza o destacamento das tropas ruandesas para Cabo Delgado. E deixou claro que não iria revelar o conteúdo do tal acordo, alegadamente porque constitui segredo de Estado. Ora, o segredo de Estado foi o principal argumento usado para defraudar o Estado moçambicano em mais de dois mil milhões de dólares no escândalo financeiro das "dívidas ocultas". Pelos vistos, Filipe Nyusi e seu Governo nada aprenderam dos erros cometidos num passado muito recente e que deixaram Moçambique à beira do colapso.

Em Outubro último, Paul Kagame afirmou que o número de tropas ruandesas que combatem em Cabo Delgado tinha aumentado para dois mil homens<sup>2</sup>, praticamente o dobro do primeiro contingente anunciado em Julho. Ora, a questão que se coloca é como é que um País de baixo rendimento estaria a financiar uma operação militar de grande envergadura (com dois mil homens) com fundos próprios. Não estaria o Ruanda a receber um financiamento indirecto para suportar as despesas da sua intervenção em Cabo Delgado?

A França pode estar a financiar indirectamente a intervenção do Ruanda em Cabo Delgado, através de desembolsos feitos pela Agência Francesa de Desenvolvimento supostamente para vários projectos de desenvolvimento. Na visita que efectuou a Kigali a 27 de Maio último, Emmanuel Macron destacou o "reengajamento da Agência



Francesa de Desenvolvimento", iniciado a seu pedido em 2019, como "outro sinal tangível" do relançamento da relação bilateral entre França e Ruanda. Segundo o Estadista francês, o reengajamento "já é visível com apoios financeiros de mais de 130 milhões de euros em menos de dois anos em projectos que vão desde a electrificação rural à formação"<sup>3</sup>.

Por tanto, a ajuda ao desenvolvimento pode ser uma das janelas que a França encontrou para financiar a intervenção de tropas ruandesas em Moçambique. A França figura como a principal potência mundial interessada no rápido restabelecimento da segurança em Cabo Delgado para permitir a retoma do projecto de gás Mozambique LNG, operado pela

sua gigante TotalEnergies. A questão que se coloca é como é que Moçambique irá compensar os gastos da França para financiar a intervenção militar ruandesa em Cabo Delgado?

A participação do Ruanda em várias missões de paz é financiada pelas Nações Unidas, e o Governo de Kigali usa parte dos fundos para modernizar as suas forças armadas e a Polícia. Por exemplo, em 2022 Ruanda deverá receber o equivalente a 171 milhões de dólares das Nações Unidas referentes aos reembolsos pelos custos das operações de manutenção da paz<sup>4</sup>. Mas a presença do Exército ruandês em Cabo Delgado não teve a aprovação das Nações Unidas, pelo que os custos poderão, futuramente, recair sobre os moçambicanos.

<sup>1</sup> <https://cddmoz.org/governo-deve-informar-os-mocambicanos-sobre-acordos-assinados-com-regime-de-kigali-durante-a-visita-de-paul-kagame-2/>

<sup>2</sup> <https://www.africa-press.net/mozambique/video/nearly-2000-rwandan-troops-fighting-insurgency-in-mozambique>

<sup>3</sup> <https://www.jeuneafrique.com/1179992/economie/macron-au-rwanda-la-france-va-debloquer-plus-de-350-millions-deuros/>

<sup>4</sup> <https://www.newtimes.co.rw/news/how-20212022-budget-will-be-financed>

# Nem uma palavra de repúdio contra a violação dos direitos humanos por agentes do Estado

Numa altura em que a actualidade nacional tem sido marcada por notícias sobre a violação de direitos humanos por agentes da Polícia da República de Moçambique (PRM), era expectável que o Presidente da República abordasse aberta e profundamente o tema. Falou do assunto de forma superficial e, no lugar de distanciar o seu Governo de tais práticas e/ou de anunciar medidas para evitar a sua ocorrência, Filipe Nyusi saiu em defesa da Polícia.

Por exemplo, defendeu que a actuação e o comportamento dos agentes da PRM reflectem a sociedade moçambicana, uma vez que eles são produtos desta mesma sociedade. Esqueceu-se, o Presidente da República, de que os candidatos a agentes da PRM são seleccionados num processo público que conta (ou deveria contar) com a participação das comunidades, além de que os seleccionados são submetidos a uma formação que

abrange, para além de questões técnicas e de manuseamento de armas de guerra, matérias relacionadas com o respeito pelos direitos dos cidadãos, incluindo os direitos humanos.

Mas não é isso que acontece no terreno e Filipe Nyusi deveria abordar o tema com a honestidade que se espera de um Presidente da República. No seu mais recente relatório, o CIVICUS Monitor, uma colaboração de pesquisa global que avalia e rastreia as liberdades fundamentais em 196 países, considerava que o espaço cívico em Moçambique passou de "obstruído" para "repressivo", a segunda pior classificação que um Estado pode ter. Aliás, esta classificação revela que as liberdades fundamentais, como a liberdade de expressão, de reunião pacífica e de associação, são sistematicamente violados no País.

O CIVICUS Monitor está igualmente preocupado com a deterioração da liberdade de

imprensa em Moçambique, com registo de perseguição e assédio de jornalistas e tentativas de sufocar vozes independentes. O relatório faz notar que restrições injustificadas às liberdades cívicas e deterioração do ambiente em que operam os defensores de direitos humanos e a sociedade civil levaram ao rebaixamento de Moçambique para a categoria de "repressivo".

"Ataques físicos, intimidação e assédio de jornalistas e activistas estão a tornar-se cada vez mais comuns", lê-se no relatório. Os projectos de Lei da Imprensa e da Radiodifusão são outros motivos de preocupação para o CIVICUS Monitor, "pois contêm várias restrições, incluindo a proibição de retransmissão de notícias e programas políticos de canais internacionais e o estabelecimento de um órgão regulador de comunicação social controlado pelo Governo".



## INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Emídio Beula  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

### PARCEIRO PROGRAMÁTICO

### PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

